

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	27
-----------------	----

1

ESCLARECIMENTOS PARA UMA ABORDAGEM PROFÍCUA DO PROCESSO ESTRUTURAL.....	29
--	----

1.1. Os litígios coletivos e o processo coletivo	29
1.2. Litígios coletivos e categorização baseada nos indicadores de conflituosidade e complexidade	34
1.2.1. Litígios coletivos de difusão global (litígios globais).....	36
1.2.2. Litígios coletivos de difusão local (litígios locais)	37
1.2.3. Litígios coletivos de difusão irradiada (litígios irradiados) e litígios estruturais	38
1.3. Processo estrutural	42
1.3.1. Notas distintivas do Processo Estrutural	42
1.4. Processo estrutural no âmbito público e no âmbito privado.....	61
1.4.1. Processo estrutural na seara pública.....	61
1.4.1.1. Case Brown v. Board of Education of Topeka (Estados Unidos da América).....	61
1.4.1.2. Caso Grootboom e o modelo de atuação judicial deferente (África do Sul).....	71
1.4.1.3. Caso Olivia Road: o compromisso significativo como proposta ao fortalecimento da democracia sem enfraquecimento da tutela dos direitos fundamentais (África do Sul)	78
1.4.2. Processo estrutural no âmbito privado	81
1.4.2.1. Caso OI (o maior processo de recuperação judicial realizado no Brasil).....	88

1.4.2.2. Carrefour: O racismo estrutural no âmbito privado tratado por um processo estrutural.....	90
--	----

2

PROCESSOS ESTRUTURAIS E A REALIDADE BRASILEIRA... 93

2.1. O julgamento da ADPF 347 e o Estado de Coisas Inconstitucional.....	93
2.1.1. Notas introdutórias ao Estado de Coisas Inconstitucional (ECI).....	93
2.1.2. ECI do Sistema Carcerário Colombiano (Sentencia T-153, de 1998).....	95
2.1.3. ECI do deslocamento interno forçado de pessoas (Sentencia T-05 de 2004)	98
2.1.4. Pressupostos, conceituação e conclusão acerca da importação do ECI para a realidade brasileira	104
2.1.5. A ADPF 347 e o sistema carcerário	109
2.2. Tema 698 da Repercussão Geral.....	119
2.3. Metodologia procedimental do processo estrutural brasileiro ..	126
2.3.1. Procedimento bifásico	128
2.3.2. Provimentos em cascata	133
2.3.3. O procedimento cíclico em espiral	136
2.4. Flexibilidade procedimental e atipicidade executiva	143
2.5. A ausência de previsão normativa e Projetos de Lei em curso...	148

3

O PROCESSO ESTRUTURAL E O DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. PARCEIRIZAÇÃO JURISDICIONAL. CASUÍSTICA 157

3.1. O processo estrutural e sua aplicação ao processo do trabalho....	157
3.2. Parceirização jurisdicional: análise de um processo estrutural bem-sucedido.....	162
3.2.1. Compreensão de seus elementos e escopo	162
3.2.2. Princípios da parceirização.....	166
3.3. Tratamento holístico e flexibilidade empreendida pelos agentes de transformação social.....	171

3.3.1. Estudo de caso 1: Preservação dos direitos dos empregados, manutenção dos postos de trabalho e continuidade das atividades do hospital (Município de Cascavel).....	174
3.3.2. Estudo de Caso 2: Plano de cumprimento de extinção dos contratos irregulares pelo Município e destinação valores para o fomento ao projeto de aprendizes da região (Município de Medianeira)	178
3.4. Outros exemplos de tratamento estrutural na seara laboral.....	182
3.4.1. Trabalho em condições análogas à de escravo	182
3.4.2. O reconhecimento do assédio moral organizacional como problema estrutural.....	187
 CONCLUSÕES.....	 191
 REFERÊNCIAS	 197